RESENHA

Carlos Leonardo Q.M.Duarte *

CHARTIER, Roger. A *Aventura do Livro: do leitor ao navegador*. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: editora da UNESP, 1998; 159 páginas.

A Internet será capaz de viabilizar uma universalidade de idéias? A cultura do livro desaparecerá? A revolução eletrônica é realmente a revolução das revoluções? Qual será o perfil do leitor do futuro? Questões como essas são abordadas por Roger Chartier, professor e coordenador de grupos de pesquisas em história cultural, em seu livro intitulado "*A aventura do livro: do leitor ao navegador* ", o qual resultou de várias conversações do autor com o produtor francês Jean Lebrun. Nesse livro, Roger Chartier, especialista do livro e da leitura, enfoca, primordialmente, a revolução dos textos eletrônicos e os conseqüentes riscos da cultura escrita. Minimizando o efeito avassalador dos textos eletrônicos e desvalorizando parcialmente a revolução atual, o autor afirma que a história do livro já passou por outras revoluções, referindo-se, principalmente, à revolução de Gutenberg, a qual deu uma continuidade entre as culturas do manuscrito e do impresso, contrariando muitos que esperavam um rompimento total entre essas culturas.

Inicialmente, Chartier revela a face antiga do livro, ou seja, o livro era um rolo, uma longa faixa de papiro, que o leitor deveria segurar com as duas mãos para poder desenrolá-la. Sendo assim, um autor não poderia escrever e ler simultaneamente. Com isso, surge o chamado "autor oral" , o qual ditava suas reflexões e seus pensamentos a um escriba, dando uma importância à voz infinitamente maior que o autor dos tempos atuais, que, no seu próprio escritório, não só escreve ao mesmo tempo que lê, como também consulta e compara as obras diante de si. Contudo, havia uma necessidade de tornar público um trabalho que era meramente particular, ou seja, era preciso que se esquecesse a oralidade e se refletisse sobre a emergência da(s) função(ões) do autor.

* Aluno de Letras da UFPB-Campus II. Este texto retoma, com algumas modificações, um trabalho elaborado para a disciplina *Pratica de Leitura e Produção de Texto* I (1999.1), sob a orientação da Profª Mª Augusta G. de M. Reinaldo.

Então, o autor é, de fato, reconhecido. Desta vez não tendo a função de ditar ou de copiar sob o ditado divino, mas, sobretudo, a função de representar no ato de escrever suas próprias obras. Após o surgimento da "função autor", evidencia-se a questão da condição do autor. Chartier confidencia que, antes do século XVIII, os autores, para obterem rendas suficientes, dispunham de duas possibilidades: ou tinham benefícios, cargos, postos, caso não fossem aristocratas, ou eram submetidos às relações de patrocínio, recebendo uma remuneração sob a forma de pensão ou recompensa. Nesse segundo caso, o gesto mais comum era a dedicatória, na qual o autor transmitia o livro à mão de um poderoso (Príncipe, Rei ou Ministro) e, como recompensa, poderia receber cargos, empregos ou generosas pensões. Embora vivesse o seu melhor momento, o autor não fugiu das perseguições, pois em muitas ocasiões seus textos eram "interditados" por serem considerados subversivos pelas autoridades religiosas e/ou políticas. A censura resultava, geralmente, na destruição dos livros e na condenação dos seus respectivos autores. Esse deplorável espetáculo público do castigo inverte a cena da dedicatória, pois, segundo Chartier, "a cultura escrita é inseparável dos gestos violentos que a reprimem" (p. 23)

Dando seqüência ao jogo dos papéis entre autor, editor, leitor e suportes técnicos do escrito, Roger Chartier avalia: "Quer se fale da Antigüidade, da Idade Média, do Antigo Regime, da época Contemporânea, há leitores, há autores e, de certo modo, há editores". Após traçar um perfil do autor, Chartier comenta a figura do editor, o qual é considerado um profissional de natureza intelectual e comercial e que visa, sobretudo, controlar o processo que vai da impressão da obra até a sua distribuição. Mas, o que era preciso para tornar-se um editor? Chartier responde que, do século XVI ao XVIII, primeiro se era livreiro ou impressor e, porque se era livreiro ou gráfico, se assumia uma função editorial. O editor desse período, ainda de acordo com o autor francês, era definido pelo seu comércio, ou seja, ele vendia livros que ele próprio editada ou livros que obtinha por trocas com colegas.

O ocorrido entre os séculos XVI e XVIII explica o porquê de algumas livrarias francesas, por posição ou proteção, terem dominado uma grande parte do mercado do livro. Por *proteção*, entenda-se a obtenção de monopólio das vendas de certas obras. Por *posição*, o favorecimento dos livreiros, que recebiam privilégios para as peças de teatro e para os romances. Os privilégios foram responsáveis pelo surgimento de uma atividade de defesa

econômica dos livreiros excluídos: a falsificação. Os livreiros prejudicados produziam falsificações, ou seja, violavam o privilégio dos outros livreiros sobre um texto, imprimiam-no e , posteriormente, distribuíam-no. Todo esse processo de falsificação desencadeou inúmeras reações dos autores, pois, nesse momento, havia a noção da função do autor, mas não havia ainda um reconhecimento dos direitos autorais.

Paradoxalmente, os fatos mudaram no século XVIII, mas não por iniciativa dos autores. São os livreiros-editores que criam o "autor-proprietário", o que lhes era bastante favorável, visto que se o autor se tornava proprietário, os livreiros-editores também se tornavam, pois os manuscritos lhes eram cedidos. Dessa forma, tentariam acabar com as falsificações ao mesmo tempo que manteriam os "privilégios das livrarias".

Passados dois séculos, surge a pergunta: Como manter esses direitos autorais diante da atual revolução eletrônica, que impõe às obras uma multiplicidade de formas? Acerca da multiplicidade, Chartier avalia que não se tem uma mesma obra quando inscrita em formas distintas, pois, segundo ele, cada forma tem o seu próprio significado. Chartier ressalta também que os autores da era multimídia são "governados" pela pluralidade das formas de apresentação do texto, permitida pelo suporte eletrônico e que, por isso, encontram-se obras cujas produções são direcionadas a uma futura adaptação cinematográfica ou televisiva. Temeroso, o autor francês finaliza seu comentário: "Talvez, nos séculos XX e XXI, os autores possam ser classificados em função de sua maior ou menor acuidade e agilidade na percepção e manejo das novas possibilidades abertas pelas técnicas multimídia" (p. 73).

Após caracterizar objetivamente os papéis dos autores e dos editores, Chartier volta-se para o leitor e confirma que sem este o texto não tem, de modo algum, o sentido que lhe atribui seu autor ou seu editor. E parece ser o leitor a maior preocupação de Chartier. Tendo como base certas experiências realizadas na Biblioteca Nacional da França, na qual os leitores profissionais liam diretamente na tela, o estudioso francês não consegue disfarçar o temor de ver ruir a cultura do livro, pois, com o auxílio primordial da tecnologia moderna, os leitores abandonariam os hábitos que caracterizam as práticas de leitura. Engana-se quem considera Roger Chartier mais um defensor insano do escrito. Esclarece ele, de forma transparente, que o sonho de universalidade permitida pela Internet não passa de uma utopia e afirma: "A biblioteca eletrônica sem muros é uma promessa do futuro, mas a biblioteca material, na sua função de preservação das formas sucessivas

da cultura escrita, tem, ela também, um futuro necessário"(p. 153).

A prazerosa leitura do livro " *A Aventura do Livro: do leitor ao navegador* " é garantida sobretudo pelas ilustrações centradas em quadros da pintura de diversas épocas, indispensáveis ao entendimento da história do livro, fazendo-nos também refletir melhor sobre a cultura escrita, que é cada dia mais ameaçada pela tecnologia contemporânea. Resta-nos torcer para que a atual revolução eletrônica siga o mesmo caminho da revolução de Gutenberg: deixe de ser uma forte ameaça e torne-se um instrumento que consolide definitivamente o mundo escrito.